



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

**DECISÃO DE RECURSOS**  
**EDITAL PE Nº 90002/2025 - UASG 195018**  
**RELATÓRIO DO PREGOEIRO – 10ª/GTR**

**ASSUNTO:** Análise do Recurso apresentado pela empresa HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 14.193.573/0001-93, em desfavor da Habilitação da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 20.501.854/0001-69, no Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2025 da 10ª/SR.

**1. OBJETO:**

Contratação de serviços de construção de espaços multiuso cobertos em diversos municípios inseridos na área de atuação da CODEVASF no estado do Tocantins, por Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminado:

- Item 1: Construção de Espaço Multiuso Cobertos – 30 unidades de espaços com 831,66 m².

**2. DAS ALEGAÇÕES:**

Trata-se de recurso apresentado pela empresa HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA, contra a Habilitação da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2025, alegando:

- Classificação indevida da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, uma vez que a decisão que classificou a empresa **RECORRIDA** apresenta vícios insanáveis.

Abaixo os recursos e contrarrazões serão analisados separadamente:

**2.1. RECURSO:**

“Na sequência procedimental, procedeu-se à análise das demais propostas, dentre as quais a apresentada pela **RECORRIDA**, classificada em terceira colocação, que ofertou desconto de **11,61%** (onze vírgula sessenta e um por cento), e a da **RECORRENTE**, que apresentou desconto de **11,60%** (onze vírgula sessenta por cento). A diferença entre as propostas foi ínfima, no valor de **R\$ 3.193,53** (três mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), circunstância que, em tese, resultou na classificação da **RECORRENTE** na quarta colocação”.

“Posteriormente, a **RECORRIDA** foi convocada para realizar diligências com o fito de adequar sua proposta ao Termo de Referência. **O desenrolar do processo evidenciou uma sucessão de comunicações e prorrogações de prazo, o que, de forma inequívoca, demonstrou uma dificuldade intrínseca da RECORRIDA em apresentar a documentação e os ajustes requeridos em estrita conformidade com as normas estabelecidas no edital**”.

A recorrente alegou também:

“Contudo, a sequência fática constante nas conversas contidas no Relatório de Diligências e no *chat* do sistema eletrônico evidencia que”:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

1. A empresa **RECORRIDA** não apresentou a proposta conforme o edital no prazo original;
2. solicitou prorrogações sucessivas;
3. reapresentou planilhas;
4. alterou a forma de aplicação do desconto;
5. ajustou critérios de cálculo após orientação técnica.

“Os relatórios técnicos de análise anexados aos autos registraram expressamente que a proposta da empresa **RECORRENTE** não atendia a tais exigências, razão pela qual foram abertas sucessivas diligências. **Ou seja, a Administração reconheceu formalmente a desconformidade, mas, ao invés de promover a desclassificação imediata (como impunha o edital) optou por permitir reiteradas tentativas de correção**”.

“É perceptível que tais atos extrapolam completamente o conceito jurídico de diligência, configurando verdadeira readequação substancial da proposta, o que é vedado no pregão eletrônico. **Não se trata de sanar falha formal, mas de permitir que a RECORRIDA lograsse êxito através de orientações que auxiliaram a moldar uma proposta que não possuía originalmente, o que compromete a própria essência da competição**”.

“Ainda, a persistência de sucessivas diligências e prorrogações em múltiplas ocasiões, pela pregoeira condutora do certame, sem a efetiva erradicação das falhas apontadas, a qual, em sua atuação, transbordou os prazos mínimos estipulados no instrumento convocatório, e o consequente deferimento de pedidos de novas dilações temporais, configuram um padrão de atendimento que excede os limites da diligência administrativa permitida”.

“Esta postura, ainda que imbuída pela motivação de salvaguardar o zelo para com a regularidade do procedimento, gerou, de forma insofismável, um **excessivo grau de didatismo** por parte da comissão de licitação, ocasionando tratamento privilegiado a **RECORRIDA** em detrimento dos demais licitantes, os quais apresentaram propostas em conformidade com as regras editalícias desde o princípio ou que não demandaram extensas e repetidas intervenções para a saneabilidade de falhas”.

Além disso, foi alegado:

“Ainda, é de suma importância ressaltarmos que a **RECORRENTE**, com sede estabelecida no Estado do Tocantins desde 2011 (local onde se dará a execução do objeto licitado), detém plena capacidade técnica e operacional para a execução do objeto licitado”.

## 2.2. DA CONTRARRAZÃO:

A empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou contrarrazão, contra as alegações apresentadas pela empresa HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA, conforme descrito nos tópicos abaixo:

5. De plano, é fundamental esclarecer que as diligências acertadamente realizadas pelo Pregoeiro não serviram para mudar o objeto, o percentual de desconto ou a estratégia comercial da Recorrida.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

6. Na verdade, o objetivo foi, exclusivamente, adequar a **Composição de Preços Unitários (CPU)** e a **Planilha Licitada de Serviços (PLS)** às regras técnicas de **truncamento e linearidade** exigidas pela Comissão.

7. Frise-se, por oportuno, que o **Item 29.3 do Edital** é peremptório ao autorizar o Pregoeiro a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

8. No caso em tela, a "substância" — **que é o desconto de 11,61% — permaneceu imutável desde o lance vencedor, tendo ocorrido um mero ajuste nas casas decimais para atender ao Item 10.3 do Edital, que exige o truncamento na segunda casa decimal.**

12. Além disso, não se pode olvidar que o processo licitatório não é um fim em si mesmo, mas um meio para a Administração contratar o melhor serviço pelo menor preço.

13. Dessa forma, o **Item 29.8 do Edital** estabelece que **o não atendimento a exigências formais não essenciais não deve afastar o licitante se for possível compreender a proposta.**

17. Conforme já esclarecido, não houve alteração da substância da proposta, e as diligências promovidas não representam qualquer favorecimento ou tratamento diferenciado à Recorrida. Pelo Contrário. Corresponde ao zelo pelo procedimento para garantir que a futura contratação esteja amparada em planilhas tecnicamente corretas e exequíveis.

22. Não restam dúvidas que a proposta da Recorrida é a mais vantajosa e todas as diligências realizadas encontram amparo nas premissas do instrumento convocatório e encontram guarida na jurisprudência consolidada sobre o tema, conforme posicionamento consubstanciado no Acórdão citado, cuja íntegra segue em anexo para confirmação da semelhança entre o caso concreto e o julgado adotado pela Recorrida como paradigma (ao contrário daquele trazido pela Recorrente).

### 2.3. DA ANÁLISE:

Quanto a ordem de classificação, apesar da empresa HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA informar que a diferença entre as propostas foi ínfima, resultando na sua classificação na quarta colocação, todas as empresas dispuseram da mesma possibilidade de realizar lances na fase de disputa. Sendo a classificação final ordenada a partir do desconto ofertado pelas empresas, através do sistema utilizado na condução do certame. O sistema ordena os descontos de forma decrescente, com a primeira empresa classificada sendo a que oferece maior desconto – considerada a princípio a proposta mais vantajosa para a administração pública – e assim sucessivamente. Informa-se ainda que o intervalo mínimo aceitável entre lances e determinado em edital é de 0,5 %, condição aceita pelo licitante e registrado no Edital, Item 2. Segue abaixo uma tabela com a classificação das quatro primeiras empresas colocadas no certame com os respectivos descontos.

Colocação	Empresa	Desconto
1	C S CARVALHO CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA 25.115.632/0001-21	14,50 %
2	JOSE ROSINALDO RIBEIRO BARROS LTA 08.866.317/0001-17	14,01 %
3	ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA 20.501.854/0001-69	11,61 %



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

4	HIKARI CONSTRUCOES LTDA 14.193.573/0001-93	11,60 %
---	---	---------

Sendo assim é observado que a recorrente foi devidamente classificada na quarta colocação e a recorrida na terceira colocação.

Quanto às diligências, segue o disposto no Edital:

*8.23.10. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.*

E, o disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf:

*Art. 66. Será facultado ao agente de contratação ou à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, cabendo à referida comissão descrever a forma pela qual as diligências serão realizadas.*

Diante disso, também se compreende que nas licitações não existe um número máximo de diligências que o pregoeiro possa realizar, e que esta situação pode ser utilizada para questões como:

- Esclarecer dúvidas sobre documentos já apresentados;
- Confirmar informações técnicas ou formais;
- Corrigir falhas formais, erros materiais ou inconsistências que não alterem a substância da proposta;
- Verificar a veracidade de informações;
- Solicitar documentos complementares, desde que relacionados a fatos já existentes à época da licitação.

Registra-se também o disposto na Constituição Federal quanto as licitações públicas:

*Art. 37, CF (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

No pregão em questão foram abertas diligências para as empresas que estão na primeira e terceira colocação, visto que a segunda não enviou a proposta no prazo estabelecido e não se manifestou quanto o interesse de permanecer no certame, conforme disposto no chat.

Para a empresa que ficou na primeira colocação – C S CARVALHO CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA, inscrita no CNPJ 25.115.632/0001-21 – foi realizada abertura de diligência, com concessão até 08h do dia seguinte para envio dos arquivos, acrescentando no dia seguinte prorrogação até 11h (por solicitação do licitante). Como a empresa em questão não enviou documentos obrigatórios que compõem a proposta (planilha assinada por profissional competente), foi aberto um novo prazo até às 14:40h com a clara previsão de desclassificação, caso não enviassem os documentos requeridos. Apesar da licitante ter encaminhado arquivos, a equipe técnica apontou que a licitante não atendeu as diligências e com isso, a licitante foi desclassificada. Dessa forma, neste caso foi observada a abertura de uma diligência (no dia 26/11), concedendo uma prorrogação (no dia 27/11 de 08h até



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

11h) e a abertura de mais um prazo (no dia 27/11 até 14:40h). Informa-se ainda que a empresa, desde o primeiro envio da proposta, não apresentou um documento obrigatório nesta fase do certame, sendo este a planilha de custos assinada por profissional competente.

Como a segunda colocada não apresentou proposta na solicitação de envio de anexo e não enviou manifestação de interesse em permanecer no certame, procedeu-se com a convocação da terceira colocada.

Acerca da terceira colocada - ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 20.501.854/0001-69, empresa recorrida, esta enviou a proposta para análise da equipe técnica no dia 02/12. Informa-se que a empresa enviou todos os documentos obrigatórios nesta fase. A partir da análise dos documentos apresentados foi cadastrada diligência (03/12), a empresa solicitou prorrogação, a mesma foi concedida e no mesmo dia a empresa enviou a proposta. A partir de nova análise da equipe técnica, no dia 04/12, foram enviadas as considerações à licitante, sem citar a desclassificação (conforme foi dito para a primeira colocada), visto que a empresa havia anexado todos os arquivos obrigatórios quando do envio da proposta, com a prorrogação solicitada. No dia seguinte (05/12), a licitante enviou a proposta e após a análise da equipe técnica foi encaminhado as considerações da equipe à empresa com prazo de 2h para verificação. Apesar da licitante, ter solicitado prorrogação em virtude de horário de almoço, a mesma não foi concedida pois o tempo cadastrado no sistema foi contabilizado considerando pelo menos 2 horas mínimas conforme horários estipulados no Edital. No mesmo dia (05/12) a licitante encaminhou a proposta e a equipe técnica considerou adequada conforme o descrito no Edital. Dessa forma, neste caso foi observada a abertura de uma diligência com envio de duas análises da equipe técnica (03/12 e 04/12) com prorrogações; e o envio de uma análise da equipe técnica sem concessão de prorrogação apesar da solicitação da licitante (05/12). Informa-se que a empresa enviou documentos obrigatórios na licitação sem alterações no percentual de desconto da proposta para análise da equipe técnica.

Quanto à diligência realizada baseada na análise da equipe de apoio, esta objetivou sanar pontos formais, aritméticos, sobretudo harmonização interna da planilha de custos sem alterar a substância da proposta, sendo o percentual de desconto mantido. Ademais, a diligência observou os princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da proporcionalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, não se configurando como meio de correção de vício insanável, mas como instrumento legítimo para viabilizar a correta análise da proposta mais vantajosa à Administração.

As análises realizadas pela equipe de apoio encaminhadas pretendiam explicar claramente aquilo que foi pontuado na proposta e não ensinar ou instruir os licitantes. Segue abaixo texto extraído do chat da aba diligência:

*Ressalta-se que a elaboração das composições de custos unitários é responsabilidade técnica da empresa, que deve possuir a expertise necessária para a adequada formação de preços. Considera-se, inclusive, que a planilha seja elaborada por profissional com domínio técnico sobre orçamentação; por essa razão, não compete a esta Administração orientar ou instruir a licitante quanto ao modo de elaboração das composições de preços, mas apenas verificar sua conformidade com o edital.*

Ainda acerca de diligências, informa-se que o Acórdão nº 1.211/2021 – TCU – Plenário, reconhece a admissibilidade da realização de diligências no processo licitatório, inclusive nas fases de julgamento e habilitação, para sanar falhas ou omissões formais que não afetem o conteúdo essencial da proposta ou da habilitação. Essa possibilidade decorre dos princípios da competitividade, da busca da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado. Além disso, o Acórdão nº 988/2022 – TCU –





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
10ª Superintendência Regional

Plenário reforça que a diligência é vista como instrumento legítimo para sanar falhas formais, em respeito ao formalismo moderado, à competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Ademais, sobre diligências em planilhas é implícito no entendimento do Acórdão nº 898/2019 – TCU – Plenário que, antes de desclassificar, a Administração deve promover diligências para permitir correção do preenchimento, salvo quando for evidente a inexecuibilidade ou alteração substancial da oferta.

Em resumo, sobre as diligências realizadas no presente Pregão, após verificação dos fatos, demonstra-se que foram moderadas, justificadas e isonômicas.

Acerca do local onde se dará a execução do objeto licitado, no Termo de Referência, Item 7.1 foi informado que:

*c) A LICITANTE ao encaminhar a proposta, estará declarando que está ciente da abrangência dos municípios passíveis de execução dos serviços e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos/serviços.*

Além disso, o licitante declara ciência da abrangência dos locais onde serão executados os serviços são em toda a área de abrangência da CODEVASF, no estado do Tocantins, conforme Anexo 10 e que se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato, através da assinatura da Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços, conforme Anexo 2 do Termo de Referência. Ademais, observa-se que a empresa Alcance Engenharia e Construção LTDA abriu filial na cidade de Palmas/TO, com certificação de alteração contratual em 15/01/2025.

### 3. CONCLUSÃO:

Foram analisados os recursos e contrarrazões conforme exposto neste Relatório e julgados:

- Classificação indevida da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA na 3ª colocação: **NÃO PROCEDENTE**;
- Vícios insanáveis quanto à decisão que classificou a empresa Recorrida: **NÃO PROCEDENTE**;
- Reabertura da fase de propostas: **NÃO PROCEDENTE**.

Por fim, decido pelo **INDEFERIMENTO** do recurso interposto pela HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 14.193.573/0001-93, culminando na habilitação da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 20.501.854/0001-69, no Pregão Eletrônico Nº 90002/2025.

É o relatório de decisão de recurso.

Palmas/TO, 23 de dezembro de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**GIULIA CRISTINA LOPES CARVALHO**  
PREGOEIRA - DETERMINAÇÃO Nº 160/2025